

DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À GOVERNANÇA TERRITORIAL-REGIONAL: O CASO DO OESTE DO PARANÁ, BRASIL

Giovana Goretti Feijó Almeida

Douglas André Roesler

José Angelo Nicácio

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

A formação de uma região depende um conjunto de processos ancorados em múltiplas dimensões, incluindo a articulação dos atores sociais a partir do planejamento de um projeto sociopolítico de desenvolvimento para uma dada região. Logo, a região não se forma organicamente e, tampouco, constitui uma governança que seja orgânica. É necessário planejamento e um pensamento regional que lhes dê base. O objetivo é compreender a formação dos processos de governanças regionais advindas de (re)territorializações forçadas ou não-planejadas que ocorreram no Oeste do Paraná. Este estudo visa ainda apresentar a proposta de um modelo de governança com inovação para o Oeste do Paraná. A metodologia da pesquisa se ancora no método de indutivo combinado à revisão integrativa de literatura; valendo-se também de uma pesquisa documental. Os resultados da pesquisa levaram ao papel dos gestores no processo de tomada de decisões sobre políticas públicas, planejamento territorial e desenvolvimento regional. A conclusão confirma que é necessário planejamento e pensamento regional para formar a estrutura inteligente da governança regional. Sem essas bases, pode haver um espaço com características em comum, mas não haverá desenvolvimento territorial-regional porque não haverá articulação consensual entre os atores sociais (relações de poder), pensando na resolução de problemas regionais em comum.

Palavras-chave: Governança regional, planejamento territorial, desenvolvimento regional, Oeste do Paraná.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a forma como os territórios são (re)territorializados envolve certa pluralidade de discussões sobre o desenvolvimento regional enquanto área interdisciplinar (ALMEIDA, 2018; ARAUJO JÚNIOR, 2020). A territorialização de áreas remanescentes ou de interesse público-privado podem ser reterritorializados de forma a alterar a paisagem e a dinâmica socioespacial de um lugar (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; PECQUEUR, 2005; MIRANDA NETO; MENDES, 2022). É o caso, por exemplo, de famílias que são removidas de áreas perigosas; ou para a instalação de hidroelétricas; ou para a construção de uma estrada, ou de grandes empreendimentos, entre outros exemplos. No campo dos estudos territoriais, a reterritorialização refere-se ao processo pelo qual um território sofre transformações significativas em sua organização socioespacial, política e econômica, seja pela reconfiguração dos usos do solo, das relações sociais ou das formas institucionais de gestão

e controle do espaço (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; PECQUEUR, 2005). Em outras palavras, reterritorializar implica uma reorganização que altera tanto a materialidade do território — suas paisagens, infraestrutura e recursos — quanto as dinâmicas simbólicas e identitárias que o constituem.

A problemática da pesquisa envolve à mudança de relações entre os grupos sociais e o território (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; PECQUEUR, 2005; MIRANDA NETO; MENDES, 2022), envolvendo o realocamento das pessoas para outras áreas em que não há nenhuma identificação com aquele espaço. Há, portanto, uma perda de sentimento de pertencimento cultural e territorial com um dado espaço (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; HALL, 1997), sendo os indivíduos “forçados” a criarem outros laços e dinâmicas socioterritoriais (por exemplo, quando famílias rurais são realocadas para espaços urbanos; ou as comunidades tradicionais são “obrigadas” a deixar o território de seus ancestrais, como no caso dos indígenas e quilombolas). Além disso, a forma como os lugares são representados mobilizam sentimentos (positivos e negativos), influenciando na construção de identidades territoriais (HALL, 1997; HAESBAERT, 2004). O cenário apresentado indica que as novas relações “forçadas” são tecidas com base no poder do capital econômico (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; MIRANDA NETO; MENDES, 2022), sendo um desafio para os gestores no reordenamento do território.

Assim, a pergunta-problema formada é: como se configuram os processos de governança regional emergentes a partir das (re)territorializações que, por imposições externas (reterritorializações forçadas) ou por ausência de planejamento prévio (reterritorializações não-planejadas), impactaram o território do Oeste do Paraná?

Destaca-se que o desafio da territorialização se dirige também ao equilíbrio entre os interesses e reivindicações conflitantes de diferentes grupos sociais (LEVFEVRE, 2004; PECQUEUR, 2005; MIRANDA NETO; MENDES, 2022), criando fronteiras territoriais estáveis e sustentáveis que permitam a coexistência e o desenvolvimento pacíficos (SOJA, 1996). Nessa discussão, inclui-se ainda as tensões e acordos entre os diferentes níveis de governança, articulando atores sociais diversos, tentando encontrar consenso entre suas diferentes visões de mundo (RAFFESTIN, 1996; BECKER; BANDEIRA, 2000; LEVFEVRE, 2004; PECQUEUR, 2005). Portanto, o objetivo é compreender a formação dos processos de governanças regionais advinda de desterritorializações (forçadas ou não-planejadas) que ocorreram no Oeste do Paraná.

As justificativas da pesquisa remetem à renovação de relações socioespaciais (MIRANDA NETO; MENDES, 2022), embora que ainda forçadas, gerando novos arranjos territoriais e a forma como as pessoas vivem e se relacionam com o seu território (RAFFESTIN, 1993; HALL, 1997; HAESBAERT, 2004). Trata-se de situações que transcendem a relação homem-território (RAFFESTIN, 1993), formando um tripé singular, sociedade-espaço-tempo (SANTOS, 1996). Além disso, a territorialização engloba o enraizamento do espaço política, econômica e culturalmente, organizando o território (FUJINI, 2014). Assim, pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento sobre a temática, além de poder gerar impactos significativos no âmbito da governança regional e das políticas públicas.

O estudo está organizado em seis seções. Inicia pela discussão da temática, avançando para a revisão de literatura sobre território, (des)(re)territorialização, territorialidades, desenvolvimento regional e governança regional. Na sequência, exibe-se a metodologia da pesquisa, seguida pelas análises, resultados e discussões propostas. Ao final, a conclusão é apresentada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos sobre território

2.1.1 Território

Território é um conceito multidimensional e dinâmico, discutido por diversas perspectivas, físicas e simbólicas, centralizando discussões interdisciplinares. Na análise das relações entre sociedade e espaço (SANTOS, 2006), o conceito inclui a construção democrática e a participação popular na gestão do espaço urbano (LEFEBVRE, 2001). Na acumulação de capital envolve o papel do capitalismo na produção do espaço geográfico (HARVEY, 2005). Nas transformações sociais abrange a compreensão das transformações socioespaciais contemporâneas (SANTOS; RIBEIRO, 2013). Na relação temporal abarca a construção de projetos emancipatórios, incluindo a luta contra a exclusão social e as desigualdades (SOUSA SANTOS, 2006).

O território está presente também na discussão de relações de poder estabelecidas ou em construção num dado espaço vivido (RAFFESTIN, 1993; 1997; BERQUE, 2002; 2011; PECQUEUR, 2005; MASSEY, 2008; FOUCAULT, 2014); bem como nas discussões sobre escalas socioespaciais, indo do local ao global. A complexidade do território é influenciada também pela história, cultura, política e economia, gerando diferentes formas de apropriação e uso do espaço (SANTOS, 2006; HAESBAERT, 2007). A gestão e o planejamento territorial são fundamentais para garantir o uso adequado do território, levando ao ordenamento territorial (CARLOS, 1994; SANTOS, 2000; HAESBAERT, 2004; THEIS; BUTZKE; SANTOS, 2021).

2.1.2 Territorialização

Territorialização é um processo pelo qual as pessoas e instituições constroem e atribuem significados a um determinado espaço geográfico, transformando-o com características, identidade e cultura próprias (SANTOS, 2006; HAESBAERT, 2007). Esse processo envolve a apropriação e a ocupação do espaço, bem como a definição de limites, fronteiras e relações de poder (RAFFESTIN, 1993; BERQUE, 2011). A territorialização pode ocorrer de várias formas, como por exemplo, através da criação de municípios, regiões administrativas, distritos, bairros ou outras formas de divisão territorial, incluindo a simbólica. Essas divisões podem ser criadas por meio de leis, normas e regulamentos, mas também podem surgir de forma mais espontânea, a partir das relações sociais e culturais estabelecidas entre as pessoas que habitam e utilizam aquele espaço (RAFFESTIN, 1993; SOJA, 1996; HARVEY, 2005). A territorialização está associada à noção de identidade territorial, que se refere à relação afetiva e simbólica que as pessoas estabelecem com um determinado território, e que influencia suas práticas cotidianas e suas representações sociais (SANTOS, 1978; LEFEBVRE, 1979; SOJA, 1996; HAESBAERT, 2004; HARVEY, 2005; MASSEY, 2008).

2.1.3 Desterritorialização

A desterritorialização é um processo que remete à perda ou enfraquecimento da identidade territorial de um lugar ou grupo, que pode ocorrer por diversas razões, como migração, globalização, conflitos armados, mudanças climáticas, tecnologias de comunicação, entre outros fatores (DELEUZE, 1968; APPADURAI, 1996; SASSEN, 1989; HAESBAERT, 2007). Esse processo pode ainda afetar a cultura, os valores e as práticas sociais de um determinado território, gerando um sentimento de desenraizamento e desorientação entre as pessoas afetadas (HAESBAERT, 2007, HALL, 1997). A desterritorialização pode levar também à descaracterização de um espaço, à perda de patrimônios culturais e à diminuição da biodiversidade (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; HALL, 1997).

2.1.4 (Re)territorialização

A (re)territorialização está associada à recuperação ou reforço da identidade territorial de um lugar ou grupo, após um período de desterritorialização. Há diferentes elementos motivadores desse processo, como políticas públicas, mobilizações sociais, preservação do patrimônio cultural, entre outros (HAESBAERT, 2004; 2007; SOJA, 1996). A

(re)territorialização pode levar à criação ou fortalecimento/enfraquecimento de práticas culturais e sociais característicos de um determinado território, gerando novos sentimentos de pertencimento e identidade entre as pessoas afetadas (HALL, 1997; MASSEY, 2008), resultante da valorização da diversidade cultural, proteção da natureza e promoção do desenvolvimento sustentável.

Este processo pode ocorrer em diferentes níveis, desde a escala local até a global. Por exemplo, uma comunidade pode buscar a (re)territorialização de seu território por intermédio de políticas de desenvolvimento territorial sustentável, fortalecimento de sua identidade cultural e melhoria das condições de vida de seus habitantes. Ao mesmo tempo, um país ou região pode buscar a (re)territorialização de sua economia por meio de políticas de valorização de seus produtos e serviços, promoção do turismo e atração de investimentos. Trata-se de um processo dinâmico e em constante transformação, que envolve a participação ativa das pessoas e instituições envolvidas, em diferentes escalas territoriais (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1993; 2006; MASSEY, 2008).

2.1.5 Territorialidades

Territorialidades se referem ao modo como as pessoas e grupos sociais vivenciam e utilizam o espaço geográfico, construindo relações sociais, culturais, políticas e econômicas específicas a determinado espaço produzido coletivamente (MARANDOLA JR, 2003; HARVEY, 2005). Há certa dinâmica que se estabelece entre os sujeitos e o espaço, mediada por práticas, dinâmicas e representações que reforçam a identidade territorial (SANTOS, 1996; SOJA, 1996). Diversidade cultural, gestão mais democrática e equitativa do espaço também são características da territorialidade. Entende-se à temática, a perspectiva de ser uma forma de resistência, em que os grupos sociais mais frágeis lutam pelo reconhecimento e controle de seus territórios (SANTOS, 2006).

As territorialidades são influenciadas por fatores históricos, culturais, políticos e econômicos, que geram diferentes formas de apropriação e de uso do espaço (SANTOS, 1996). Essas formas podem ser entendidas como relações que se estabelecem entre as pessoas e o lugar que ocupam e habitam. As territorialidades podem ser percebidas em diferentes escalas, influenciadas por diferentes dinâmicas, como a migração, a urbanização, a industrialização, a globalização, entre outras (LEFEBVRE, 2001). As territorialidades também estão associadas à noção de identidade territorial, influenciando práticas cotidianas e representações sociais. A compreensão da territorialidade é fundamental para a gestão e o planejamento territorial, pois permite a identificação das demandas e potencialidades locais e regionais, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e inclusivas.

Além disso, a territorialidade está inserida em diferentes abordagens: a) minorias étnicas – considerando os espaços sociais e culturais na formação da identidade étnica e na manutenção das tradições e práticas culturais das minorias étnicas (HALL, 1997); b) fronteiras - como espaços de negociação e de construção de identidades territoriais, mas também como espaços de exclusão e de violência (JOHNSTON, 2003; NEWMAN, 2006); c) transformações socioespaciais: contemplando fluxos de capitais, informações e pessoas na produção e reorganização dos espaços urbanos (SASSEN, 2006; CASTELLS, 2010); d) dimensão política – importante para a compreensão das relações de poder na sociedade (RAFFESTIN, 1993); e) conflitos territoriais - entendidos como uma forma de disputa pelo controle e apropriação de um determinado espaço. (RAFFESTIN, 1993); f) perspectiva crítica – envolvendo os processos de exclusão e desigualdade na construção das relações de poder que se estabelecem nos espaços territoriais (HAESBAERT, 2004); g) processo social, político e cultural – englobando a disputa de controle e acesso aos recursos e ao espaço, afirmando a apropriação desses espaços, bem como a identidade e o pertencimento a determinado grupo social (HAESBAERT, 2011).

2.2 Governança territorial

Governança territorial se refere ao conjunto de processos, instituições e mecanismos que permitem a gestão do território em uma determinada região, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população local. Essa abordagem integra diferentes setores e atores sociais, incluindo o poder público, a sociedade civil, as empresas e as organizações não-governamentais (TEIXEIRA; ALMEIDA, 2017; SPOSITO; SERRA, 2018; TASSO et al., 2019). Praticar a governança em regiões leva à coordenação e integração efetivas entre o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum. É ainda uma forma de se antecipar aos entraves frequentes existentes nas regiões, em especial, naquelas com grandes concentrações urbanas (SCAQUETTI et al., 2021).

A transformação de um território é desencadeada a partir do conhecimento das suas potencialidades e carências, bem como por uma governança que articula competências técnicas e profissionais, junto a líderes e gestores das organizações públicas e privadas, de maneira integrada e estratégica. Essa transformação envolve a participação de entidades organizadas, instituições públicas e privadas, setores de produção e serviços, entre outros atores interessados em discutir e promover ações e projetos com o objetivo de aproveitar os ativos disponíveis para o desenvolvimento do território do oeste do Paraná (RELATÓRIO TÉCNICO; 2021).

O conceito de governança territorial engloba dois fatores importantes: a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2022), juntamente com as Hélices de Inovação propostas por Mucury (2019). O modelo conceitual desenvolvido por Mucury (2019) serve como suporte para os processos de governança e desenvolvimento do território, considerando a interação entre os atores sociais. As Hélices de Inovação são compostas pela tripla hélice (governo, universidade e organizações), quádrupla hélice (sociedade) e quádrupla hélice (meio ambiente), representando os diferentes setores e agentes envolvidos na promoção da inovação e no desenvolvimento sustentável do território.

2.3 Relações entre os conceitos

Não se trata somente de realocar um grupo de indivíduos de um lugar para o outro, mas de reterritorializar espaços territorializados, alterando toda a dinâmica de um território vivido (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1996; PECQUEUR, 2005). O território não é apenas um pedaço de chão em que os indivíduos se aglomeram sem criar relações com aquele espaço. Há relações entre os grupos sociais e o espaço territorializado (RAFFESTIN, 1993), sendo que essas relações criam mediações socioespaciais, influenciando as identidades, cultural e territorial (HAESBAERT, 2007). A (re)territorialização de um espaço vivido (PECQUEUR, 2005) faz com que o território seja ressignificado ao longo do tempo e da história. A criação de outras relações e dinâmicas (ALMEIDA, 2018) advindo da (des)territorialização, remete a novos significados de um lugar e de uma comunidade (SANTOS, 1996), sobrepondo territórios e instigando a reivindicação territorial (ARAÚJO JÚNIOR, 2020) impulsionada pelas diferentes ideias sobre os limites simbólicos, apropriação e uso do território. Alguns exemplos dessa situação são as disputas entre países vizinhos, comunidades tradicionais, cenário agrário, governos, etnias etc.

A (re)territorialização remete às barreiras simbólicas que são compreendidas, principalmente, pelos atores sociais de um dado espaço socioespacial, gerando incompreensões por outro grupo social (ALMEIDA, 2018). É o caso, por exemplo, dos indígenas e ribeirinhos, frequentemente envolvidos em cenários de (des)(re)territorialização (PENHA; SILVA, 2022). Assim, um dos desafios da territorialização é que, muitas vezes, envolve processos políticos, econômicos e sociais complexos que podem ser contestados e gerar conflitos (ALMEIDA; ARAÚJO JÚNIOR, 2020), expondo as territorialidades dos atores sociais num jogo de ordenamento territorial.

O tema é mais complexo ainda quando envolve a questão de quem tem o direito de definir e controlar o significado de um determinado território. Destaca-se que a construção de novos laços culturais com a terra nem sempre é possível, como no caso dos indígenas; em outros casos, embora seja possível há sempre um sentimento de nostalgia devido à perda “forçada”

(desterritorialização) de seu território de origem (ALMEIDA; ARAÚJO JÚNIOR, 2021). Não se pode ainda esquecer que o processo de territorialização também advém de implicações econômicas (SANTOS, 1996; MIRANDA NETO; MENDES, 2022). Por exemplo, a criação de novos territórios pode levar à exploração de recursos naturais ou ao deslocamento de populações locais, gerando problemas sociais e ambientais (OLIVEIRA et al., 2021; PENHA; SILVA, 2022). No deslocamento de populações tradicionais, como os indígenas, o processo de territorialização é mais complexo porque envolve um duplo significado: afirmação de uma identidade e a luta pela demarcação de seu território tradicionalmente ocupado. Isso quer dizer que não se trata de realocar uma dada população de um espaço para outro, mas de compreender que essas populações possuem uma relação diferente com seus territórios que quase nunca podem ser reativadas em outro espaço.

Em relação à governança regional, Scaquetti et al. (2021) afirmaram que não existe um processo colaborativo entre os atores sociais devido ao território ser uma arena contestada em que a movimentação dos atores sociais é devido a interesses tanto comuns quanto os antagônicos. Esse cenário pode explicar as dinâmicas de (des)(re)territorialização que ocorrem nos territórios, revelando as diferentes territorialidades dos atores sociais no contexto do planejamento territorial-regional, incluindo o tipo de governança adotada.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa se ancora no método indutivo combinado à revisão integrativa de literatura e ao estudo de caso múltiplo em que se abordam três casos: municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu Binacional (Brasil e Paraguai), os NAPIs – Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação e o POD – Programa Oeste em Desenvolvimento, localizados no Oeste do Paraná, Brasil. Parte-se dessa realidade para propor um modelo de inovação em governança territorial-regional como parte da conclusão do estudo. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, com cunho qualitativo, em que se propõem novos insights para aquela região a partir de um processo de inovação territorial ancorados na proposta da UNESCO (2021) de desenvolvimento inteligente.

Utiliza-se a pesquisa bibliográfica para aprofundar os constructos base do estudo: (re)territorialização, territorialidades, desenvolvimento regional e governança regional; juntamente com a pesquisa documental a partir do plano de Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDUR volumes I, II, III) para verificar se esse plano contempla os municípios lindeiros, os NAPIs e o POD.

As fases da pesquisa contemplaram: 1) design da pesquisa; 2) coleta de dados; 3) análise de dados; e, 4) apresentação e publicação da pesquisa.

Assim, a abrangência da pesquisa se dirige à Mesorregião do Oeste do Estado do Paraná, Brasil; escolhida por ser um espaço socioespacial que envolveu diversas disputas por terras (PRIORI et al, 2012) e reordenamento territorial; bem como ao caso dos Municípios Lindeiros ao Lago da Itaipu no Oeste do Paraná que se formaram a partir de um grande desastre ambiental (ALMEIDA; ROESLER; NICÁCIO, 2023); os NAPIs que são redes de cooperação formadas por Instituições de Ensino Superior para criar ecossistemas de inovação no Oeste do Paraná (FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, 2023); e o POD, um programa de desenvolvimento para o Oeste do Paraná.

3.1 Região Oeste do Paraná

No Censo de 2017, a Mesorregião tinha aproximadamente 1.309.564 habitantes, correspondendo a 11,56% da população do Oeste do Paraná (RCF, 2018). A Região concentra 50 municípios e três microrregiões (PIFFER et al., 2006), estando localizada na Região Sul do Brasil (Figura 1).

Figura 1 - Localização mesorregião Oeste do Paraná



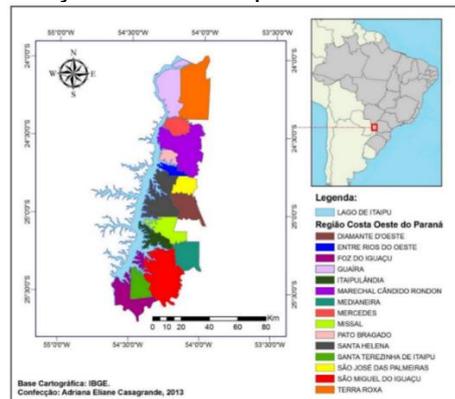
Fonte: IBGE cidades (2022).

A Região Oeste do Paraná foi formada a partir da colonização promovida pelo governo estadual na década de 1950 (SANTOS, 1999). A região era habitada, principalmente, por indígenas e pequenos agricultores e passou por um processo de (re)territorialização, com a chegada de grandes grupos de imigrantes e a incorporação de novas áreas à produção agropecuária (TEDESCO, 2008). Esse processo teve como consequência a formação de uma região altamente produtiva, com destaque para a produção de soja, milho, trigo e carnes, além de uma economia baseada na agroindústria e na prestação de serviços (ALMEIDA, 2020). No entanto, esse processo também gerou impactos socioambientais significativos e desafios para a governança regional (PRIORI et al., 2012; BEDUSCHI FILHO, 2013). A Região inclui ainda os chamados Municípios Lindeiros formados a partir de um severo impacto ambiental.

3.2 Municípios Lindeiros ao Lago da Itaipu

A formação dos municípios Lindeiros no Oeste do Paraná teve como principal marco a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970. Os lindeiros, como são chamados, abarcam 16 municípios (Figura 2).

Figura 2 – Localização dos Municípios Lindeiros ao Lago da Itaipu



Fonte: Casagrande (2013, p. 15).

Com a formação do lago da usina, houve a necessidade de realocação de milhares de pessoas que viviam na região, resultando em um intenso processo de (re)territorialização (MACHADO, 2014; GARCIA, 2015). Segundo Machado (2014), a formação da região foi marcada pela cooperação entre os municípios, que se uniram para enfrentar os desafios decorrentes da construção da usina. A partir desse cenário foi criada a Associação dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, em 1981. Garcia (2015) destaca que a formação dos municípios lindeiros também foi marcada pela valorização das identidades locais, com a preservação de manifestações culturais e tradições. Além disso, a proximidade com o Paraguai e a Argentina, países vizinhos separados apenas pelo rio Paraná, também influenciou a formação da região. No entanto, a formação dos municípios lindeiros também trouxe desafios, especialmente em relação à gestão ambiental e à preservação do meio ambiente. Pacheco e Flores (2018) apontam que a construção da usina e a formação do lago

de Itaipu tiveram impactos significativos na fauna e flora da região, exigindo a implementação de políticas ambientais eficientes para a conservação da biodiversidade.

3.3 NAPIs da Fundação Araucária

Os Núcleos de Apoio à Pesquisa Institucional ou Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) são unidades da Fundação Araucária que têm como objetivo apoiar as atividades de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino superior do Paraná. No Oeste do Paraná, os NAPI estão presentes em diversas universidades e desenvolvem projetos de pesquisa em diversas áreas, como agropecuária, saúde, tecnologia e meio ambiente. Além disso, os NAPI também promovem a integração entre as instituições de ensino e a comunidade, fomentando ações que contribuem para o desenvolvimento regional. Os NAPIs buscam fomentar a formação de redes de cooperação entre as instituições de ensino superior e empresas, promovendo o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação tecnológica. Dessa forma, os NAPI têm o objetivo de incentivar a realização de pesquisas que atendam às necessidades da sociedade e contribuam para o desenvolvimento econômico e social da região Oeste do Paraná (BARCELLOS, 2014; FERREIRA, 2017; BAVARESCO et al., 2019; iARAUCÁRIA, 2023).

Segundo a iAraucária (2023), o agrupamento de NAPIs por temáticas de interesse geram 27 ecossistemas de inovação que contemplam, sendo um deles o NAPI OESTE, focando na inovação da Região Oeste do Paraná. Esse NAPI “Visa o desenvolvimento do Ecossistema de Inovação da Região Oeste do Estado, tendo inicialmente como prioridade o agronegócio, a biotecnologia e as energias renováveis, em parceria com as Cooperativas locais, o Parque Tecnológico de Itaipu e o BIOPARK” (NAPI OESTE, 2023, s.p.). As instituições participantes desse NAPI são as universidades, institutos e governo. Chama a atenção que nenhum dos NAPIs da Fundação Araucária mencionam um ecossistema de governança regional inovadora ou governança regional inteligente, sendo uma oportunidade para esse estudo a proposta de tal tipo de governança.

3.4 Programa Oeste em Desenvolvimento - POD

O Programa Oeste em Desenvolvimento – POD - foi criado em 2013, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico sustentável do Oeste do Paraná por meio do engajamento, cooperação e sinergia de pessoas e organizações públicas e privadas, capazes de aumentar a competitividade da região. Visa também o desenvolvimento produtivo e científico, a geração de novos negócios, emprego e renda. Como uma ação de governança territorial regional, o POD estabelece as estratégias para atingir os objetivos citados acima, para que tal processo seja realizado de forma organizada e participativa para a tomada de decisões. Este formato propicia a não descontinuidade das políticas públicas de desenvolvimento, de forma a haver menos impacto quando há mudanças nas gestões municipais, estaduais e federais.

Foi articulado, inicialmente, pelas seguintes organizações: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Parque Tecnológico Itaipu (PTI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Universidade Estadual da região Oeste do Paraná (Unioeste) e Usina Hidrelétrica de Itaipu. O POD é uma associação civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado e apartidária. De acordo com o Plano Mestre Oeste em Desenvolvimento (2016), as primeiras ações tiveram como foco a sistematização, socialização e debate público da metodologia de diagnóstico e planejamento do desenvolvimento territorial e incorporação de mais organizações para fazerem parte do programa, formando um grupo de trabalho. Também foi realizada a sensibilização e internalização dos conceitos de governança e desenvolvimento territorial. Em seguida, a identificação e hierarquização das cadeias propulsivas da região, bem como do poder multiplicativo global e específico das distintas cadeias.

Segundo o Oeste em Desenvolvimento (2022), o direcionamento estratégico das ações para os próximos anos está pautado na “identificação e aproveitamento das oportunidades e enfrentamento dos gargalos; planejamento e operacionalização dos Planos das Cadeias Produtivas Propulsivas; ações prioritárias para o desenvolvimento da região e suas localidades”. No Workshop de Planejamento da Gestão 2021-2022, o Programa elegeu 6 eixos de atuação prioritários 2021-2022 cujo funcionamento se dará por Câmaras Técnicas, quais sejam: A) Câmara Técnica Ambiente dos Pequenos Negócios; B) Câmara Técnica Educação; C) Câmara Técnica Energias e Sustentabilidade; E) Câmara Técnica Infraestrutura e Logística; F) Câmara Técnica Inovação e Conectividade, o SRI (Sistema Regional de Inovação Iguassu Valley); G) Câmara Técnica Sanidade Agropecuária; Câmara Técnica Máquinas e Equipamentos.

Ressalta-se que o POD é constituído pelas principais organizações e representantes das cadeias produtivas que atuam na região oeste do Paraná e busca convergir esforços para promoção do desenvolvimento sustentável da região. Este esforço é resultado da governança dos ativos e atendimento das demandas identificadas. O POD possui modelo de governança articulado com seu mapa estratégico no qual a missão é “promover o desenvolvimento econômico e sustentável da Região Oeste do Paraná, por meio do engajamento, cooperação e sinergia das pessoas e instituições públicas e privadas”. Como visão de futuro do POD pretende “Consolidar o Programa Oeste em Desenvolvimento como uma referência na promoção do desenvolvimento econômico sustentável e Integrado da Região Oeste do Paraná” (Programa Oeste em Desenvolvimento, 2022). O foco de atuação do POD é a ambiência competitiva, político institucional e atuação em rede. Estão definidas as prioridades estratégicas nas temáticas: ambiente dos pequenos negócios; infraestrutura e logística; educação; inovação e conectividade – SRI; energias e sustentabilidade; e, sanidade agropecuária. Os elementos alavancadores da governança do POD são a governança territorial, estratégia participativa e gestão colaborativa.

3.5 Procedimentos de análise de dados

A análise de dados foi por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Esse tipo de análise deriva de uma abordagem flexível e exploratória que permite aos pesquisadores extrair insights e construir conhecimento a partir dos dados coletados, sem a necessidade de teorias ou hipóteses prévias. É uma técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para identificar temas, padrões e categorias emergentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 (Re)territorializações no Oeste do Paraná

A região apresenta eventos históricos que causaram desterritorializações no Oeste do Paraná, incluindo a colonização, a construção de barragens e outras intervenções humanas no território. Um desses eventos gerou a criação dos municípios lindeiros, criados a partir de uma desterritorialização forçada, gerando um grande desastre ambiental devido a instalação de um hidrelétrica, a Itaipu Binacional. Logo, não houve uma preocupação em planejar uma governança territorial porque o foco era o “progresso” econômico que a região poderia gerar com a construção dessa hidrelétrica para o Estado e o país.

De certa forma, a “região” foi constituída de forma planejada a partir de um processo de desterritorialização por causa da Itaipu Binacional, mas a “região” foi constituída de forma inesperada como “lindeira, depois da implementação da hidrelétrica. Assim, pode-se dizer que houve a ausência de dois planejamentos na formação dessa região: 1) ausência do planejamento de uma região lindeira; e) ausência de uma governança territorial-regional para essa região. Essas ausências podem ser notadas nos planos regionais do Paraná em que os Municípios Lindeiros não são mencionados, o que evidencia a citada situação.

4.2. Mecanismos e instrumentos de governança regional

Os conceitos e modelos de governança discutidos anteriormente estão diretamente relacionados às temáticas prioritárias do Plano de Desenvolvimento Regional (POD). Com base nas atividades realizadas na temática de governança do território, foram identificados aspectos que podem fornecer subsídios para aprimorar, inovar e avançar no modelo de governança proposto para o território. Esses aspectos podem incluir:

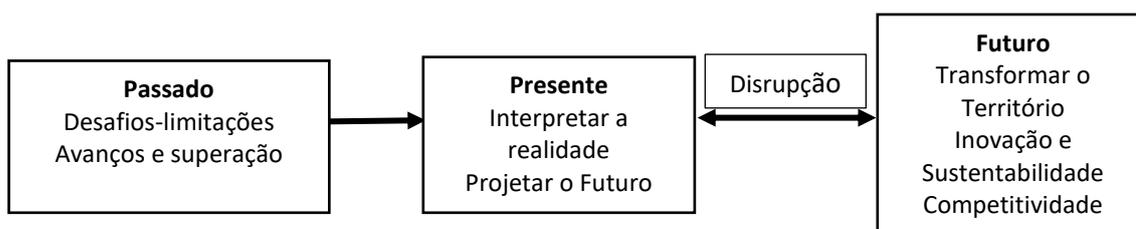
- a) Participação ativa dos atores sociais: A governança do território deve promover a participação efetiva e inclusiva de todos os atores sociais relevantes, garantindo que suas perspectivas e interesses sejam considerados no processo de tomada de decisão. Isso pode ser alcançado por meio de mecanismos de consulta, diálogo e colaboração, incentivando a cocriação de soluções e a construção de consensos.
- b) Integração e cooperação entre os setores: O modelo de governança deve incentivar a integração e a cooperação entre os diferentes setores, como governo, academia, organizações da sociedade civil e setor empresarial. Isso pode ser alcançado por meio de parcerias estratégicas, compartilhamento de recursos, troca de conhecimentos e experiências, visando a obtenção de resultados mais abrangentes e sustentáveis.
- c) Adoção de abordagem sistêmica: A governança do território deve considerar a complexidade e as interconexões entre os diferentes elementos e dimensões do território. Uma abordagem sistêmica permite compreender as relações entre economia, sociedade, ambiente e cultura, considerando as interdependências e os impactos mútuos. Isso facilita a formulação de políticas e a implementação de ações mais integradas e coerentes.
- d) Inovação e aprendizagem contínua: O modelo de governança deve incentivar a inovação e a busca constante por aprendizagem e melhoria. Isso envolve a experimentação de novas abordagens, o uso de tecnologias e metodologias inovadoras, bem como a avaliação regular dos resultados alcançados. A capacidade de adaptação e aprendizagem contínua é essencial para lidar com os desafios e incertezas que surgem ao longo do processo de governança do território.

A análise das atividades realizadas na temática de governança do território pode fornecer insights valiosos para subsidiar, inovar e avançar no modelo de governança proposto, permitindo uma abordagem mais efetiva e sustentável para o desenvolvimento do território.

Compreender a realidade e o contexto de um território é, de fato, o ponto de partida para uma intervenção planejada e articulada. Isso envolve identificar as potencialidades e desafios presentes no território, bem como planejar e implementar soluções para abordá-los. É importante avançar nesse processo e aprender com as experiências, a fim de aprimorar continuamente as abordagens adotadas. No entanto, quando várias instituições e pessoas estão envolvidas na governança do território, há o risco de as ações se limitarem ao diagnóstico, muitas vezes de forma localizada e isolada do contexto mais amplo. Isso pode levar a uma simplificação das causas e efeitos dos problemas enfrentados no território. Para evitar essa limitação, é necessário adotar uma abordagem mais abrangente e integrada. Isso significa considerar as interações complexas entre os diferentes elementos do território, levando em conta as relações de causa e efeito em um contexto mais amplo. Além disso, é importante promover uma abordagem participativa, envolvendo todos os atores relevantes, para garantir uma compreensão mais completa e holística da realidade do território.

A colaboração, o diálogo entre instituições e pessoas representativas são fundamentais para superar as limitações do diagnóstico isolado e promover uma análise mais abrangente dos problemas e desafios enfrentados. Tal estratégia permite uma visão mais integrada, considerando as múltiplas perspectivas e contribuindo para a formulação de soluções mais eficazes e sustentáveis. Desta forma, torna-se essencial a busca por uma abordagem participativa e integrada que vá além do diagnóstico isolado, a fim de compreender a realidade de um território de forma mais abrangente e promover soluções adequadas aos desafios enfrentados (Figura 3).

Figura 3 – Articulação territorial



Compreende-se que os planejadores frequentemente se deparam com desafios oriundos de decisões passadas pouco eficazes ou da ausência de uma coordenação interinstitucional estruturada. Reconhece-se, portanto, que a projeção do futuro só é possível a partir das ações presentes — o futuro, por si, é uma construção potencial e incerta (Sachs, 2007). Nesse contexto, a inovação não deve ser compreendida apenas como um elemento tecnológico, mas como um processo social e institucional capaz de redefinir trajetórias de desenvolvimento territorial (LASTRES; CASSIOLATO, 2006).

No âmbito dos Planos de Desenvolvimento Regional (POD), a inovação, quando articulada à sustentabilidade, desempenha um papel estratégico na constituição de vantagens competitivas territoriais (PORTER, 1999; ALBUQUERQUE, 2007). Ela viabiliza a adoção de novas formas de organização produtiva, de gestão territorial e de articulação entre atores, criando condições para o fortalecimento das cadeias locais e regionais. Tal perspectiva é fundamental em regiões como o Oeste do Paraná, cuja diversidade produtiva exige soluções adaptadas às especificidades socioeconômicas e ambientais de cada microrregião. Assim, a inovação orientada pelo território torna-se um dos pilares para o redesenho de estratégias de desenvolvimento que conciliem competitividade com inclusão social e equilíbrio ambiental.

Além disso, torna-se importante destacar o papel da disrupção no planejamento territorial contemporâneo. A disrupção, entendida como a quebra de paradigmas e a capacidade de interpretar criticamente novas realidades e tendências emergentes (CHRISTENSEN, 1997; SCHUMPETER, 2008), exige mais do que inovação técnica: demanda transformações culturais, institucionais e cognitivas. Ela implica questionar práticas sedimentadas e abrir-se a abordagens alternativas, o que, em tese, pode gerar oportunidades para reorientar o desenvolvimento territorial.

Entretanto, a incorporação da disrupção em processos de planejamento como o Plano de Desenvolvimento Regional (POD) enfrenta um desafio central: a pluralidade de interesses presentes na arena política. O território não é um espaço neutro, mas um campo de disputas entre atores com visões, prioridades e capacidades desiguais (RAFFESTIN, 1993; FARIA, 2011). Assim, a quebra de paradigmas e a interpretação de novas tendências devem ser mediadas por processos de governança colaborativa, nos quais diferentes atores — públicos, privados e comunitários — possam negociar significados, recursos e direções estratégicas. Nesse sentido, a inovação disruptiva só se torna efetiva quando articulada a mecanismos institucionais que favoreçam a participação qualificada, a escuta ativa e a construção de consensos mínimos, mesmo em contextos de dissenso. Tal situação exige planejadores com sensibilidade política, capacidade de mediação e compreensão sistêmica do território como um espaço relacional, dinâmico e em constante (re)configuração.

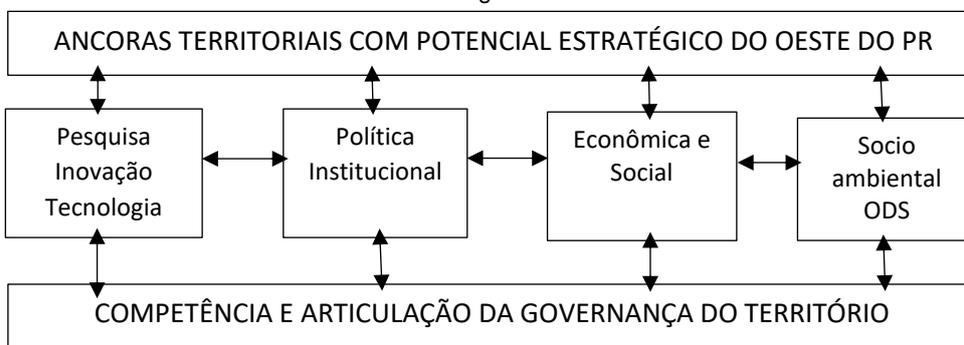
5 PROPOSTA DE INOVAÇÃO PARA GOVERNANÇA REGIONAL

Na região do Oeste do Paraná, é possível identificar quatro âncoras territoriais que exercem uma influência significativa nas dinâmicas do território, dependendo dos critérios de análise adotados. Essas âncoras são elementos ou setores que desempenham um papel central e impulsionam o desenvolvimento e as transformações do território (Figura 4).

Na região do Oeste do Paraná, identifica-se quatro âncoras territoriais, entendidas aqui como setores, instituições ou territórios estratégicos que concentram capacidades produtivas, tecnológicas, institucionais ou simbólicas capazes de irradiar efeitos estruturantes sobre o conjunto da região (ALBUQUERQUE, 2007; BOISIER, 2001; HAESBAERT, 2004). A noção de “âncora territorial” é adotada neste estudo a partir de uma leitura sistêmica do território, na

qual certos polos se tornam vetores de coesão, inovação e articulação regional. A identificação dessas âncoras resulta da análise de dados socioeconômicos, fluxos de interação territorial e estruturas de governança já existentes (Figura 4).

Figura 4 – Âncoras territoriais

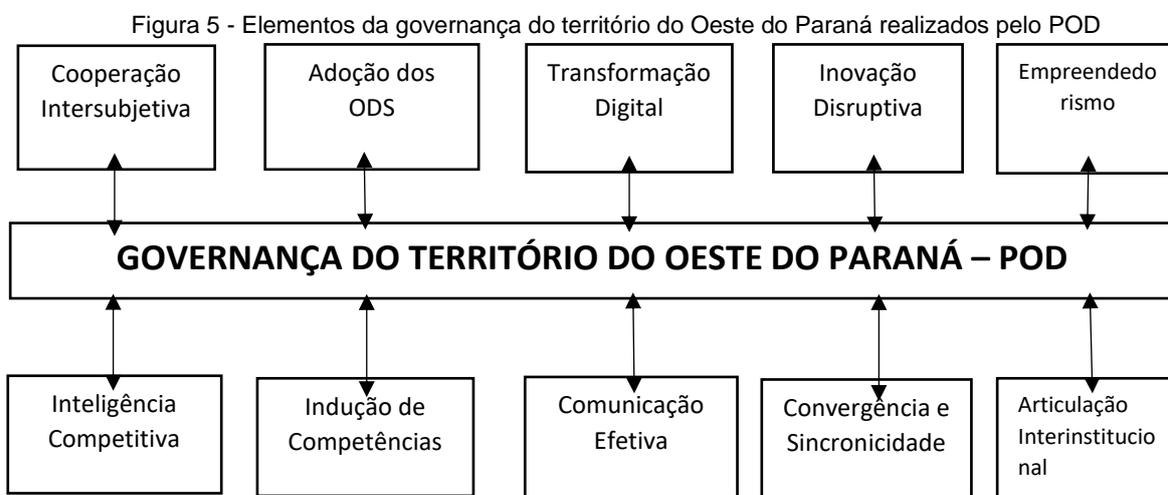


As âncoras territoriais do Oeste do Paraná podem ser compreendidas como polos de dinamização econômica ou institucional e como expressões materiais e simbólicas dos processos de (re)territorialização que historicamente moldaram – e seguem moldando – a configuração da região. Em um território marcado por deslocamentos populacionais, ocupações dirigidas, investimentos de infraestrutura e disputas por uso e controle dos recursos, essas âncoras emergem como eixos estratégicos de poder, articulação e resiliência territorial (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; PECQUEUR, 2005), sendo identificados, como:

- a) Pesquisa, inovação e tecnologia – Esta âncora é constituída por universidades, centros de ciência e tecnologia (como o Biopark, o PTI e o SRI), além de arranjos como o NAPI-Oeste. Tais instituições não apenas promovem a inovação, mas reposicionam o território em cadeias cognitivas e tecnológicas de maior valor agregado, contribuindo para uma reterritorialização baseada no conhecimento e na sustentabilidade.
- b) Política Institucional – Inclui o setor público em múltiplos níveis, além de sindicatos, consórcios, associações e instâncias como o POD e o Conselho dos Lindeiros. Essa âncora evidencia o papel central da governança territorial na mediação de interesses, no reordenamento espacial e na produção de consensos mínimos, especialmente em contextos de disputas por legitimidade e prioridades de investimento.
- c) Econômico e Social – Representada, sobretudo, pelo cooperativismo agroindustrial, que coordena cadeias produtivas de ampla capilaridade. As cooperativas não apenas organizam a produção, mas constituem redes territoriais de solidariedade econômica e reconfiguração do espaço rural, tornando-se vetores de territorialização com forte base comunitária e institucional.
- d) Socioambiental – A presença da Itaipu Binacional como ator que intervém no ordenamento territorial com base em uma agenda socioambiental revela a complexidade das relações entre infraestrutura, soberania energética e responsabilidade territorial. Seus projetos não apenas compensam os efeitos da desterritorialização causada pela construção da barragem, mas também introduzem novas lógicas de territorialização sustentada.

Assim, ao invés de categorias isoladas, essas âncoras devem ser interpretadas como dimensões interdependentes e em disputa do processo de territorialização, mediadas por atores diversos, com temporalidades e interesses muitas vezes divergentes. Essa leitura permite compreender a governança regional não como um arranjo neutro, mas como um campo dinâmico e estratégico de produção territorial. Além disso, esse conjunto de âncoras territoriais desempenha papéis estratégicos no ordenamento e na reprodução das dinâmicas regionais, articulando interesses, recursos e saberes que moldam os caminhos possíveis para

o desenvolvimento do Oeste do Paraná. Longe de operarem de forma isolada ou linear, essas âncoras representam setores-chave que interagem em um campo relacional, no qual se sobrepõem e se tensionam dimensões econômicas, sociais, tecnológicas e ambientais (Figura 5).

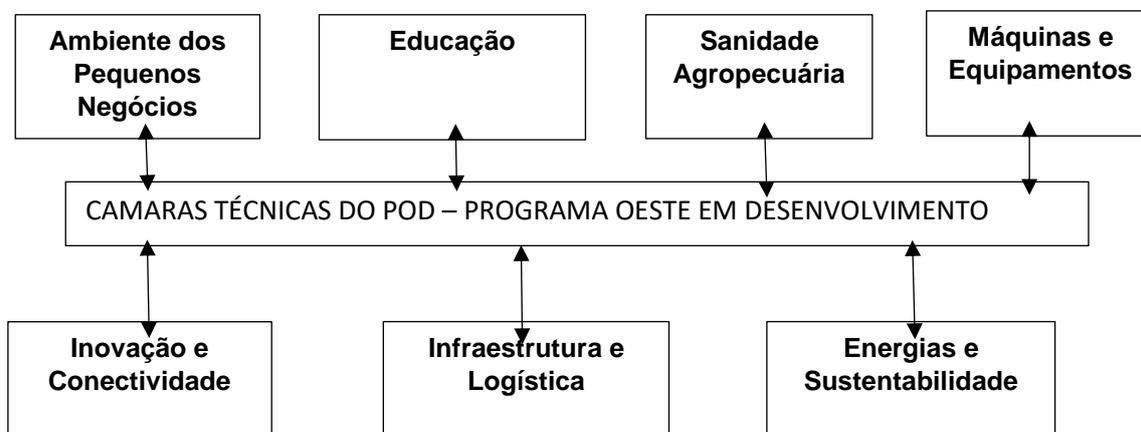


Os elementos da governança do território realizados pelo POD no Oeste do Paraná (Figura 5), visam promover a cooperação, a integração e a sustentabilidade para impulsionar o desenvolvimento regional de forma planejada e coordenada. Desta forma, cada um deles tem um papel diferente na governança territorial:

- a) Cooperação Intersubjetiva – antes de estabelecer a cooperação, faz-se necessário o entendimento claro e preciso de qual o objetivo dos projetos e ações para que as pessoas acreditem, confiem, se motivem e colaborem com a proposta.
- b) Adoção dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos projetos e ações.
- c) Transformação Digital – com uso de tecnologias, sistemas e inteligência artificial para possibilitar a transição dos processos e estruturas analógicas e eletrônicas para os meios digitais.
- d) Inovação disruptiva – utilização da inovação que, pode ser incremental, radical ou disruptiva, de forma transversal nos projetos e ações.
- e) Empreendedorismo – criação de ambiente de inovação e apoio às iniciativas empreendedoras que alavanquem negócios e atividades existentes, assim como novos negócios.
- f) Inteligência Competitiva – a competitividade das empresas que fazem parte das cadeias produtivas passa pelo uso de tecnologias e inteligência no uso das informações, além das atividades em rede.
- g) Indução de competências – a formação profissional passa pela indução de competências em sintonia com as demandas do ambiente competitivo, conectado e globalizado.
- h) Comunicação efetiva – a comunicação se estabelece na medida daqueles que fazem parte do processo comunicativo compreendam a mensagem e mudem de postura ou atitude. Definir conceitos e entendimento comum no sentido que todos compreendam e participem na construção do futuro.
- i) Convergência e sincronicidade – que as ações e projetos contemplem as potencialidades, experiências e conhecimento das pessoas e instituições. Evitar sobreposição e/ou repetição das atividades. Capacidade de trabalhar em conjunto de forma sinérgica, em rede e respeitando as diferenças e especificidades de cada participante.
- j) Articulação interinstitucional – que os gestores do POD e instituições que o compõe trabalhem de forma articulada e coordenada, além da definição e uso dos meios de monitoramento dos indicadores de performance da implantação dos projetos para a transformação do Oeste do Paraná.

Ao incorporar esses elementos na governança territorial, o POD busca promover uma abordagem abrangente e sustentável para o desenvolvimento territorial no Oeste do Paraná. O modelo proposto pelo Programa Oeste em Desenvolvimento (POD) no Oeste do Paraná também inclui as Câmaras Técnicas como parte da governança do território (Figura 6).

Figura 6 - Câmaras Técnicas do Programa Oeste em Desenvolvimento (POD)

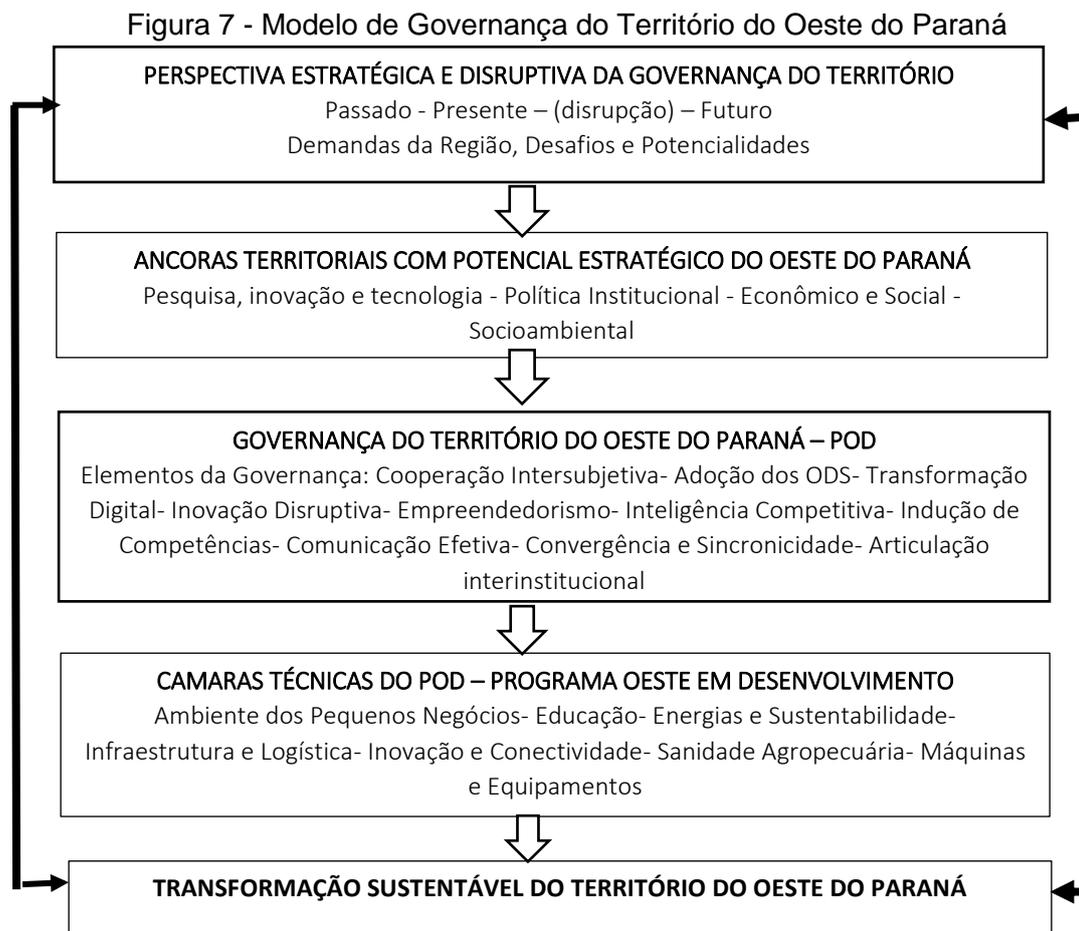


Assim, cada Câmara atende a diferentes focos e necessidades:

- a) Câmara Técnica Ambiente dos Pequenos Negócios, com o principal foco de atuação está no incentivo e proposição de ações prioritárias, capazes de aumentar a competitividade do território;
- b) Câmara Técnica Educação, que atua para impulsionar o desenvolvimento humano no Oeste do Paraná e para impulsionar o desenvolvimento humano e o pensamento crítico para a construção de um ambiente sustentável no Oeste do Paraná;
- c) Câmara Técnica Energias e Sustentabilidade, com foco no desenvolvimento e a sustentabilidade energética regional, aposta na ampliação de parcerias e estímulo desta pauta que é decisiva para o desenvolvimento e a criação de oportunidades e negócios, além disso, busca transformar a região oeste em referência de novos negócios com energias sustentáveis, fomentando um diferencial competitivo para os setores produtivos.
- d) Câmara Técnica Infraestrutura e Logística, atua para contribuir na melhoria da infraestrutura e logística do território, tornando-o favorável ao desenvolvimento do setor produtivo e para reduzir o custo logístico com maior eficiência e competitividade para o Paraná.
- e) Câmara Técnica Inovação e Conectividade, o SRI (Sistema Regional de Inovação Iguassu Valley) é uma rede de atores que interage para promover um ambiente favorável à inovação para o desenvolvimento regional, estimulando, conectando e monitorando a implementação de projetos, ações, negócios, políticas públicas e outras iniciativas que fortaleçam o Ecossistema de Inovação.
- f) Câmara Técnica Sanidade Agropecuária, atua para promover e vigiar a sanidade agropecuária da Região Oeste do Paraná e estimular ações para promover a Sanidade Agropecuária no Oeste do Paraná.
- g) Câmara Técnica Máquinas e Equipamentos, promoção da inovação e pesquisa sobre possibilidades de utilização de máquinas, processos e equipamentos.

As Câmaras Técnicas são grupos de trabalho compostos por especialistas e representantes de diferentes setores e instituições relevantes para a região. Essas Câmaras Técnicas desempenham um papel importante na análise de temas específicos, na formulação de propostas e na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento regional. Elas fornecem expertise técnica, realizam estudos e pesquisas, discutem e propõem soluções para questões-chave identificadas no território. As Câmaras Técnicas no âmbito do POD atuam como espaços de diálogo e colaboração, permitindo a troca de conhecimentos, experiências

e perspectivas entre os participantes. Elas contribuem para a formulação de políticas e a implementação de ações efetivas, com base em evidências técnicas e científicas. Por meio das Câmaras Técnicas, o POD busca garantir uma abordagem participativa e baseada em conhecimento especializado, envolvendo diferentes partes interessadas e promovendo a coordenação e integração de esforços para impulsionar o desenvolvimento regional no Oeste do Paraná. Por fim, a reflexão sobre a governança regional no Oeste do Paraná gerou a Figura 7, que apresenta a proposta de Programa de Governança Territorial-Regional aplicada ao Oeste do Paraná.



Desta forma, a Figura 7 apresenta uma proposta de Programa de Governança Territorial-Regional aplicado ao Oeste do Paraná. Essa proposta delineia os elementos e mecanismos de governança, estratégias e ações específicas para promover o desenvolvimento territorial de forma coordenada e integrada. Um Programa de Governança Territorial-Regional envolve a definição de metas e objetivos claros, a identificação de atores e instituições envolvidos, a definição de papéis e responsabilidades, bem como a criação de mecanismos de coordenação e monitoramento. Esse programa inclui ainda elementos como a participação de diferentes partes interessadas, a coordenação entre setores e instituições, a promoção da inovação e do conhecimento, ODS e as Hélices de Inovação, além de estratégias para o desenvolvimento sustentável, como a gestão ambiental, social e econômica. Por fim, o programa de governança territorial-regional proposta estabelece uma abordagem integrada e colaborativa para a gestão do território, garantindo a participação de diferentes atores, a coordenação de esforços e a busca de resultados compartilhados para promover o desenvolvimento regional de forma sustentável e equitativa.

6 CONCLUSÃO

A região Oeste do Paraná se formou a partir de uma desterritorialização forçada originada de um severo impacto ambiental baseada na proposta de progresso local. A implantação de um hidrelétrica numa região pressupõe progresso, todavia, progresso e desenvolvimento diferem. O primeiro suporta especificamente os aspectos econômicos de um território e, o segundo, advém de uma multiplicidade de construções sociais. Para a formação de uma região são necessários diversos processos que se relacionam em diferentes dimensões, criando um ambiente multifacetado. Esses processos incluem a articulação dos atores sociais e o planejamento de um projeto sociopolítico de desenvolvimento para a região. Isso acontece porque as regiões não se formam organicamente, nem possuem uma governança orgânica. É preciso haver planejamento junto a um pensamento regional que sirva como base para o desenvolvimento da região, caso contrário, trata-se somente de crescimento econômico.

Os resultados da pesquisa levam ao papel dos gestores no processo de tomada de decisões sobre políticas públicas, planejamento territorial e desenvolvimento regional. Envolvem ainda a proposta de governança territorial-regional em regiões formadas a partir de desterritorializações forçadas e não-planejadas. A investigação sobre os processos de governanças regionais que ocorreram no Oeste do Paraná contribuiu para a Ciência de várias maneiras. Ao entender como se formam os processos de governança regional em um contexto específico, a pesquisa ajuda na identificação de desafios e oportunidades para a promoção da inovação e desenvolvimento territorial. Contribui-se no avanço da teoria da governança, fornecendo novas perspectivas sobre como os processos de governança regional podem ser formados em diferentes contextos.

O estudo apresenta implicações teóricas significativas ao abordar o território por meio de um pensamento regional e uma governança específica, ancorada na inovação. Essa abordagem contribui para a construção de um corpo teórico relevante para acadêmicos e estudiosos interessados nessa temática. Ao adotar um enfoque regional, o estudo reconhece a importância de considerar as características, particularidades e dinâmicas de um território específico. Isso vai além de uma análise fragmentada e permite uma compreensão mais abrangente das interações e relações entre os diferentes elementos do território. A perspectiva regional proporciona uma base conceitual sólida para investigar a governança territorial e suas implicações no desenvolvimento regional do Oeste do Paraná. A governança específica destacada no estudo se refere à necessidade de estruturas, mecanismos e processos específicos para promover a coordenação e a colaboração entre os atores sociais envolvidos no desenvolvimento territorial-regional. Essa governança busca superar os desafios da fragmentação, do conflito de interesses e da falta de coordenação entre os atores, permitindo a tomada de decisões mais efetivas e a implementação de ações coerentes.

As implicações teóricas do estudo têm relevância tanto para a academia quanto para estudiosos interessados na temática da governança territorial e do desenvolvimento regional. O estudo contribui para a ampliação do conhecimento teórico nessa área, fornecendo uma abordagem que considera as especificidades territoriais e a importância da governança para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o estudo enriquece o corpo teórico existente e estimula a continuidade das pesquisas sobre governança territorial, fornecendo subsídios para a compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados na promoção do desenvolvimento do Oeste do Paraná. O estudo implica ainda em desafios e oportunidades locais que podem ser enfrentados por meio de estratégias de governança regional, como a criação de arranjos produtivos locais, redes de cooperação, entre outras. Inclui-se ainda o fortalecimento da participação e da articulação dos atores locais, como produtores rurais, empresários, representantes do poder público e da sociedade civil organizada, na formulação e implementação de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento regional.

A limitação do estudo em investigar apenas a realidade do Oeste do Paraná é reconhecida. O fato de ser um estudo de caso único implica que os resultados e as conclusões obtidos podem não ser generalizáveis para outras regiões ou contextos. É importante ter em

mente que cada região possui suas particularidades e características específicas, o que pode influenciar os resultados. No entanto, essa limitação também pode ser vista como uma oportunidade para futuras pesquisas que possam abordar outras regiões do Paraná ou até mesmo outras áreas geográficas. Estudos mais abrangentes permitiriam uma comparação entre diferentes territórios e uma análise mais ampla das práticas de governança regional. Além disso, é mencionada a possibilidade de integrar o metaverso, como um ambiente inovador contemporâneo, ao Programa Oeste em Desenvolvimento (POD). Essa é uma perspectiva interessante e sugere a exploração de novas abordagens e tecnologias, como realidade virtual e aumentada, para aprimorar a governança e impulsionar o desenvolvimento territorial. No entanto, essa possibilidade ainda requer uma análise e investigação mais aprofundadas para compreender seus impactos e potenciais benefícios.

A conclusão confirma que é necessário planejamento e pensamento regional para formar a estrutura inteligente de uma governança regional. Sem essas bases, pode haver um espaço com características em comum, mas não haverá desenvolvimento territorial-regional porque não haverá articulação consensual entre os atores sociais (relações de poder), pensando na resolução de problemas regionais em comum.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E.C.S. **Agroindústrias**: A indústria motriz que desenvolve a região oeste do Paraná. 2020. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu-PR, Brasil.
- ALMEIDA, G.G.F. **Marca territorial como produto cultural no âmbito do desenvolvimento regional**: o caso de Porto Alegre, Brasil. 2018. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.
- APPADURAI, A. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- BARCELLOS, E. L., RIBEIRO, P. H. P., & LETA, J. (2014). Novos arranjos institucionais de pesquisa e inovação no Brasil: uma análise do programa INOVAR. **Revista Brasileira de Inovação**, 13(1), 9-34.
- BAUMAN, Z. **Globalization**: The Human Consequences. New York: Columbia University Press, 1998.
- BAUMAN, Z. **The Emergence of Social Space**: Rimbaud and the Paris Commune. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - The University of Warsaw, Warsaw, 1954.
- BAVARESCO, C. R., PEREIRA, R. D., & DOS SANTOS, M. C. (2019). Análise da atuação dos Núcleos de Apoio à Pesquisa Institucional (NAPI) da Fundação Araucária no Oeste do Paraná. **Revista da FAE**, 22(1), 61-74.
- BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento local-regional** – determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- BEDUSCHI FILHO, L. Oeste do Paraná: natureza, história e cultura. Toledo: Editora Unioeste, 2013.
- BERQUE, A. **A crise das territorialidades**: do excesso dos territórios à sua insuficiência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BERQUE, A. Territorialidade. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Palavras-chave em geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 429-449.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CASAGRANDE, A.E. **Mobilidade populacional na região Costa Oeste do Paraná**: do campo para a cidade. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Paris VIII, Paris, 1968.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FERREIRA, M. A. (2017). **Avaliação dos resultados dos Núcleos de Apoio à Pesquisa Institucional (NAPIs) da Fundação Araucária no Estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terra@Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014.

GARCIA, L. M. (2015). Territórios, identidades e cooperação: um estudo sobre a Região dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. **Revista Caminhos**, 7(1), 61-76.

HAESBAERT, R. **Desglobalização e resistências**: novas e velhas manifestações da questão territorial. **GEOgraphia**, v. 13, n. 25, p. 17-30, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity**: An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford: Blackwell, 1989.

i-ARAUCÁRIA. **Mobilização de ecossistemas de CT&I para o desenvolvimento do Paraná**, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.iaucaaria.pr.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

JOHNSTON, R. J. Theories of the border in the new Europe. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 4, p. 475-485, aug. 2003.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Difel, 1979.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, L. A. (2014). **Municípios Lindeiros**: uma história de cooperação. Editora CRV, Curitiba, PR.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIRANDA NETO, J. Q.; MENDES, F.J.C. As fluvialidades em rios urbanos: as relações cidade-rio em Altamira-PA após a instalação da UHE Belo Monte. **Caminhos de Geografia**, v. 23, n.90, p. 161–178, 2022.

MUCURY, D. C. **Política de inovação: proposta para uma Organização Social (OS) do segmento de ensino, pesquisa e avaliação**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NAPI Oeste. Fundação Araucária, [s.d.]. Disponível em: <https://www.iaucaaria.pr.gov.br/napi-oeste/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

NEWMAN, D. Borders and bordering: towards an interdisciplinary dialogue. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 171-186, may. 2006.

OLIVEIRA, E. Q.S.; ROCHA, I. O.; MARTINS, P. Processo de territorialização, comunidade tradicional e desenvolvimento econômico. **Geosul**, v. 36, n. 79, p. 300-320, 2021.

ONU. Nações Unidas Brasil. ODS e Agenda 2030. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> [Acesso em: 28 jul. 2022].

PACHECO, A. J. A., & FLORES, R. C. (2018). Desafios da Gestão Ambiental nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. **Revista Caminhos**, 10(1), 10-24.

PENHA, L.M.; SILVA, A. A. The territorialization of the Katxuyana indigenous people in the Trombetas region, western Pará. **Revista Cerrados**, v. 20, n. 01, p. 84-105, 2022.

PIFFER et al. Desenvolvimento regional do oeste paranaense a partir do capital social. **Anais...** Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006. <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/14.pdf>

POD. Programa Oeste em Desenvolvimento. Programa de desenvolvimento econômico do território Oeste do Paraná. <https://oestedesenvolvimento.com.br/>

PRIORI, A. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A história do Oeste Paranaense**. pp. 75-89. SciELO Books, Brasil.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Território e territorialidade na análise geográfica. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 261-275.

RCF. Site da Rádio Cultura Foz. **Oeste do Paraná em números**. Observatório Territorial: Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: https://www.radioculturafoz.com.br/wp-content/uploads/2020/02/Oeste-do-Paran%C3%A1-em-n%C3%BAmeros_reduce_reduce.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

RELATÓRIO TÉCNICO. Programa de Governança, inovação e inteligência para desenvolvimento dos arranjos produtivos nos municípios Lindeiros ao lago de Itaipu. Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Santa Helena – Paraná. Novembro, 2021.

SANTOS, E. B. **A colonização do Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; RIBEIRO, A. C. T. **O retorno do território**. São Paulo: Edusp, 2013.

SASSEN, S. **Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SASSEN, S. **The Global City: Strategic Site/New Frontier**. *American Studies International*, v. 27, n. 1, p. 3-30, 1989.

SCAQUETTI, R.; MOREIRA, P.R.; MACIEL. Limites e potencialidades do planejamento e da governança regional. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, 31, jul./dez., p. 207-234, 2021.

SOJA, E. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Oxford: Blackwell, 1996.

SOUSA SANTOS, B. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, E.; SERRA, R. **Governança territorial e desenvolvimento: experiências e desafios no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2018.

TASSO, T. et al. **Governança territorial e desenvolvimento sustentável: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2019.

TEDESCO, J. C. Formação e desenvolvimento da Região Oeste do Paraná. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, n. 16, p. 1-13, 2008.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L.; SANTOS, N. A. G. Contradições do desenvolvimento regional no Brasil: Formação do território e inserção internacional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n.58, e12546, p.1-16, 2021.

TEIXEIRA, A.; ALMEIDA, M. Governança territorial: um conceito para a gestão democrática do território. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 6, p. 903-919, 2017.